

**FRONTEIRA E LIMIAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE
PSICANÁLISE E ANÁLISE DE DISCURSO (TRAUMA, LUTO, TESTEMUNHO)**
*BORDER AND THRESHOLD: CONSIDERATIONS ON THE RELATIONSHIP
BETWEEN PSYCHOANALYSIS AND DISCOURSE ANALYSIS (TRAUMA, MOURNING,
TESTIMONY)*

Lauro Baldini¹
Kelly Alcantara²
Iara Campos³
Leonardo Rodrigues⁴
Júlia Mendes Carrenho⁵

Resumo: Neste artigo, procuramos fazer um duplo movimento, isto é, apresentar algumas interrogações atuais que se produzem na utilização de conceitos originários da psicanálise (notadamente os conceitos de trauma, luto e testemunho) e indicar como esses conceitos permitem observar pontos de contato, desvio, aproximação e distância entre os campos da Análise de Discurso Materialista (representada sobretudo pelos trabalhos de Michel Pêcheux, na França, e Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil) e da Psicanálise. Com essa operação, pretendemos enfatizar a radical contemporaneidade da indagação de Pêcheux (1980): o que é uma *materialidade discursiva*? Parece-nos que é relativamente a esse conceito, de certo modo maldito, que um encontro entre Análise de Discurso e Psicanálise pode ter alguma produtividade analítica, embora haja uma irreducibilidade entre os campos que não pode ser negligenciada.

Palavras-chave: Testemunho. Trauma. Acontecimento. Discurso. Psicanálise.

Abstract: In this article, we try to do a double movement, that is, to present some current questions that are produced in the use of concepts originating in psychoanalysis (namely the concepts of trauma, mourning and testimony) and to indicate how these concepts allow us to observe points of contact, deviation, approximation, and distance between the fields of Materialist Discourse Analysis (represented mainly by the works of Michel Pêcheux, in France, and Eni Puccinelli Orlandi, in Brazil), and Psychoanalysis. With this operation, we intend to emphasize the radical contemporaneity of Pêcheux's question (1980): what is a discursive materiality? It seems to us that it is in relation to this somewhat cursed concept that an encounter between Discourse Analysis and Psychoanalysis can lead to some analytical productivity, although there is an irreducibility between the fields that cannot be neglected.

Keywords: Testimony. Trauma. Event. Discourse. Psychoanalysis.

Introdução

Parece-nos importante, tanto do ponto de vista da Psicanálise quanto da Análise de Discurso (daqui em diante AD), discutir as implicações, consequências, modos e possibilidades da *subjetivação de uma perda*. Não seriam o luto, o trauma e o testemunho os

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

² Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação (FCM-UNICAMP), atualmente doutoranda no PPG de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem IEL - Unicamp. Integrante do Grupo de Pesquisa PsiPoliS - Psicanálise, Política e Significante (UNICAMP-CNPq) e da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (REDE Pq SMCA). Projeto de Pesquisa Atual: Orfãos do covid, filhos de ninguém? Luto e Memória nas infâncias em tempos de pandemia.

³ Doutoranda no PPG de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp), integrante do PsiPoliS: "Psicanálise, Política, Significante", pesquisa escrita de casos clínicos em psicanálise. Unicamp.

⁴ Mestrando no PPG de Linguística, "Dimensões do ato: o poético, o histórico e o psicanalítico na clínica psicanalítica com os netos restituídos da ditadura militar argentina", IEL/Unicamp.

⁵ Bacharela e mestranda em Linguística, "Contar mortos, mortes e vidas: um estudo discursivo sobre trauma, testemunho e luto na pandemia" PPG em Linguística, IEL/UNICAMP.

lugares em que se podem observar, entrelaçados, erotismo, historicidade e perda? Não é disso mesmo que se trata no Luto, no trauma e no testemunho, ou seja, de um lado, restabelecer ou reestruturar nosso desejo diante de uma perda inassimilável (portanto, de reconstituir relações eróticas), e, de outro, de considerar que nossas relações com a morte, com o trauma e com o que disso pode haver de testemunho têm uma historicidade e que ocorrem em condições marcadas pelo nosso tempo? Partimos de uma afirmação fundamental: “*o que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado*” (ORLANDI, 1999, p. 66). Uma das maneiras de transferir, metaforizar e integrar ao jogo da memória aquilo que dela foi excluído passa por “um movimento que transforma o *impossível a escrever* em uma espécie de *escritura do impossível*” (SAFATLE, 2006, p. 281, *grifos do autor*). Assim, trata-se de pensar nas possibilidades de reinscrição e metaforização na memória de processos simbólicos que, por diversas razões (sobretudo políticas), se encontram afetados em seu curso.

É, portanto, no sentido inverso de uma política de esquecimento que este artigo transitará. Contudo, não se trata de propor uma versão do Luto, do trauma e do testemunho que seriam próprias à Análise de Discurso, mas de utilizar estes três conceitos como eixo a partir do qual campos como a Linguística, a História e a Psicanálise não podem evitar atravessamentos, pontos de contato, zonas de indistinção que podem operar no sentido de nos permitir compreender, do ponto de vista da linguagem e da língua, as relações entre memória e processos de enlutamento, traumatização e testemunho. Todavia, é preciso reconhecer também que o “real” em jogo nesses diferentes campos não é o mesmo - como diria Pêcheux, há um real da língua, há um real da história e há um real do inconsciente, o que significa que é preciso, por princípio, eliminar a figura de qualquer “*fantasma teórico unificador*” e assumir um “*terreno de encontros problemáticos*” (PÊCHEUX, 1981, p. 17-18). Um desses lugares de fronteira é justamente o litoral entre Psicanálise e Análise de Discurso.

De fato, já há algum tempo a Análise de Discurso tem dedicado seu olhar a materiais em que se dão a ver materialidades discursivas permeadas pela questão do Luto, do trauma, do testemunho, da denúncia e, mais recentemente, da pandemia, numa relação bastante próxima do modo como tais temas são retomados no campo psicanalítico. Como diz Ribeiro (2021), “*a problemática do luto tem sido lateralmente evocada na tradição materialista da AD brasileira, desde, pelo menos, a segunda metade da última década*” (RIBEIRO, 2021, p.

230)⁶. E, na direção que tomamos aqui, os processos de enlutamento, as questões relativas ao trauma e as cenas testemunhais podem ser trabalhados na medida em que seus processos têm a ver com aquilo que chamamos memória e que, para os fins deste projeto, tomamos ao modo de Pêcheux (1983a): “*um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos*” (PÊCHEUX, 1983a, p. 56). Assim, como nesse espaço de desdobramentos se inscrevem as impossibilidades de ritualização de eventos traumáticos, de lutos não-reconhecidos e de testemunhos inauditos e que formas de respostas a isso são discursivizadas? É em torno dessas questões que este artigo busca operar uma relação entre Psicanálise e Análise de Discurso.

1 Luto e objeto: o furo no real

A dimensão do real e, portanto, a necessidade de fazer borda a um furo no e pelo simbólico concorre não só no trauma, mas também quando está em jogo a morte do outro, no luto. Não à toa Baldini e Nascimento (2021, p. 71, *grifos nossos*) se perguntam sobre a escrita do luto no *Memorial Inumeráveis* como um espaço “que conjuga em sua (im)possibilidade a perda da experiência (BENJAMIN, [1933] 1994) e a experiência da perda (FREUD, [1917] 2010)” e Ribeiro (2020, p. 86) aponta um ponto de encontro entre “o luto impossível e o traumático [...] na temporalidade e na perda da realidade”.

A marca da perda no luto está posta desde sua definição por Freud ([1917] 2010, p. 128): “[v]ia de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc.”. A definição focaliza dois pontos fundamentais e complexos do luto: primeiro, o caráter ou aspecto da “reação”; segundo, a delimitação do objeto da perda. Quanto ao primeiro, o luto ora é descrito como trabalho relativo aos investimentos libidinais do sujeito (FREUD, [1917] 2010) ou à mobilização do sistema significante (LACAN, [1958-1959] 2016), ora como processo ou como ato (ALLOUCH, [1995] 2004), termos cujas implicações discursivas tentaremos desdobrar.

Não menos complexa é a tentativa de definir o estado do enlutado, o que toca necessariamente a segunda questão, a do objeto perdido (ou a perder). A esse respeito, é notável que a tentativa do texto de Freud ([1917] 2010) de definir o luto em relação à melancolia perpassa uma diferença relativa ao objeto da perda: na melancolia “não podemos discernir claramente o que se perdeu” (FREUD [1917] 2010, p. 130) e “a sombra do objeto

⁶ A esse respeito, Baldini et al. (2022), Baldini; Nascimento (2021), Baldini; Chaves (2018), Baldini (2018), Baldini; Sousa (2014), entre outros.

ca[i] sobre o Eu, [...] [d]esse modo, a perda do objeto se transform[a] numa perda do Eu” (FREUD [1917] 2010, p. 133).

Porém, a problemática do objeto da perda pode ser estendida ao “afeto normal do luto” (FREUD, [1917] 2010, p. 128) pela leitura de Allouch ([1995] 2004), que propõe grafar por $(I + a)$ o objeto que permite ao sujeito a subjetivação da perda no luto, transformando o estatuto do alguém perdido de “desaparecido” a “inexistente”. Esse objeto é composto pelo alguém perdido (1) e por algo (a) que, por um “gracioso sacrifício de luto” (ALLOUCH, [1995] 2004), o sujeito permite que se vá junto com o morto. O *objeto pequeno a* é um “pedaço de si” (ALLOUCH, [1995] 2004) que “só é assim devido à vivência/experiência compartilhada com o outro ou mesmo atravessada por ele” (BALDINI; NASCIMENTO, 2021, p. 85), por isso não pertence exclusivamente ao enlutado ou ao morto, mas está implicado no que se perde naquela ou com aquela morte.

Assim, pela visada de Allouch ([1995] 2004), podemos dizer que a problemática do luto está no fato de que o sujeito “sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém” (FREUD, [1917] 2010, p. 130). Nesse sentido, “[o] problema do luto seria então colocado como uma incógnita, como um x , de que se esperaria de cada caso que ele lhe desse seu valor” (ALLOUCH, [1995] 2004, p. 172). Por um lado, de maneira análoga ao que Carrenho (2019) nos permite compreender, a visada da AD alcança indagar justamente o lugar desse objeto e, por consequência, a estrutura do luto conforme essa se marque na materialidade linguística dos dizeres sobre esse(s) luto(s), bem como conforme estejam nela presentes referências diversas ao(s) objeto(s) perdido(s).

Sabemos o quanto a questão do objeto é central para a Psicanálise. Desde a postulação dos objetos parciais, dos bons e maus objetos, da diferença entre libido objetal e libido do eu, até a proposição lacaniana de um objeto próprio ao campo psicanalítico, o *objeto a* - sobre o qual não teremos tempo de nos alongar aqui mas que interessa remeter, por efeito de contraste, à questão do objeto em AD. Por exemplo: em Pêcheux (1984, p. 151-152), encontramos a seguinte definição de *materialidade discursiva*: “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas [...] as condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”). Um nível de existência que, se à primeira vista pareceria puramente simbólico, a referência à conjuntura e à história permite complicar com a consideração de um real em jogo. Não é preciso ir muito longe para perceber que a aproximação aqui se torna tensa, corre o risco de solapar aquilo que permitiria um lugar de

contato entre Psicanálise e AD, porém ao mesmo tempo é preciso resistir à lógica de fronteiras disciplinares e insistir na fricção de conceitos. Afinal de contas, como salienta Lacan,

o trabalho do luto apresenta-se, primeiro, como uma satisfação dada à desordem que se produz em razão da insuficiência de todos os elementos significantes em fazer face ao buraco criado na existência. É todo o sistema signifiante que é posto em jogo em torno do menor luto que seja (LACAN, 1958-59, p. 357).

Lacan irá insistir que, quanto a este “buraco no real”, não se trata de preencher de significantes essa ausência, ao contrário, se trata de convocar a “a totalidade do signifiante”, isto é, o signifiante enquanto tal. Signifiante, objeto, luto, trauma, testemunho: paisagens e temas propícios ao encontro entre materialidades discursivas e trabalho inconsciente - paisagens e temas propícios ao mal-entendido e à aproximação desajeitada. Não temos como não caminhar por aí. Começemos pela criança.

2 A escuta da criança, um testemunho?

Com relação ao conceito de testemunho, o trabalho com crianças lança questões tanto para a Psicanálise, de um ponto de vista mais clínico, quanto para a Análise de Discurso, de um ponto de vista mais analítico - em ambos os casos, as implicações políticas são cruciais. De fato, a psicanálise com crianças coloca o analista diante de particularidades e vicissitudes na escuta e na passagem dessa escuta à escrita quando é o sujeito criança quem está na cena. Desde o pedido da análise, dito por um outro, o analista precisa lidar com outras vozes e discursos sobre a criança, além daquele que poderá vir dela própria.

A alternância palavra-silêncio, presentes na análise de pacientes adultos, são aqui acompanhados do brincar e seu enredo que coloca em ato os corpos: da criança e do analista. A decifração do dizer da criança, seja na palavra, seja em seu brincar, podem ser traduzidos, transcritos e transliterados, como proposto por Allouch (2007)?

Podemos pensar que a criança, como um sujeito em experiência da infância, sempre demarcada por fatores geopolíticos, além dos marcadores de classe social, raça, gênero e deficiência, não ocupa o mesmo lugar no discurso nos diferentes tempos da história e nem mesmo num mesmo tempo histórico (KATZ, 2021), na medida em que há atravessamentos de classe, raça e gênero que impedem que pensemos tais discursividades de maneira homogênea. Esses determinantes discursivos aos quais as crianças, em suas diferentes infâncias, estão condicionadas, apontam para uma incontornável relação entre discurso e maneiras de experimentar a morte e luto (KATZ, 2022a).

Nas diversas experiências de infâncias possíveis e a partir da lida com o que diz o significante “criança”, o sujeito responde sim ao lugar que lhe é atribuído: “recusa, confirma, transforma” (KATZ, 2021, p. 10), mas não fica reduzido a esse lugar designado, como efeito de também não reduzir-se aos significantes que vêm do Outro, apesar de assujeitado à linguagem e ao discurso (KATZ, 2022b).

“Toda criança deve conquistar para si um lugar de palavra”, nos escreve Lajouquiére (2016, p. 78), apontando também para a impossibilidade desse lugar ser dado: ele deve ser procurado e conquistado, mesmo que as figuras de referência daquela criança a tenham sonhado em outro lugar que não esse. Quando uma criança vive em sua história ou vive em um tempo da história em que as experiências traumáticas se inscrevem de forma brutal, não é possível aos adultos, por mais que tentem, recolher os vestígios discursivos que possam contar das perdas ou dos efeitos do que vivido. O real se impõe e verte na materialidade discursiva e na realidade psíquica de alguma maneira.

Nos ditos, não-ditos, segredos e silêncios a morte faz presença. Zygouris (1995) conta de uma menina que perde sua mãe durante a guerra. Muitas vezes ela ouviu falar sobre a morte perto de si, já que muitos além de sua mãe estavam morrendo e na caminhada para a escola ela podia ver os corpos de estrangeiros enforcados. Embora os adultos falassem sobre as mortes, nunca se dirigiam a ela. Certa vez, a avó lhe disse que caso alguém a questionasse, ela não deveria dizer o que ouvia das conversas dos adultos, o que fez com que ela se desse conta que não poderia dizer do que nunca haviam lhe dito. Era entre as crianças que as conversas sobre aqueles homens e mulheres pendurados nos postes e outros mortos aconteciam. No brincar e no dizer sobre a guerra e a morte as crianças denunciavam seu saber, insuportável aos adultos.

O silêncio dos adultos ou o silenciar das crianças, pode ser pensado discursivamente? Raimbault (1979), ao contar as histórias de crianças gravemente doentes ouvidas a partir da possibilidade do próprio morrer, nos diz que as crianças pensam sobre a morte, mas a escuta delas só é possível para aqueles que aceitam adentrar esses pensamentos. Quando não encontra quem possa estar com ela nesse pensar e encontra silêncio e mentira, a criança também silencia.

O silêncio, para Orlandi ([1992] 2007), não pode ser compreendido como a ausência de palavras, pois embora o silêncio não fale, ele significa e carrega em si sentidos. A interdição da palavra pelo silêncio dos adultos e também por uma possível censura vinda

destes, nos aponta para a proibição da inscrição da criança como sujeito em formações discursivas sobre a morte.

Walter Benjamin tinha um programa de rádio, através do qual falava para as crianças em 29 programas entre 1927 e 1933⁷ (BINES, 2022). Os temas eram os mais diversos como terremotos, catástrofes, anedotas engraçadas, comércio de rua, comentários sobre os diferentes dialetos falados em Berlim. Em 29 de janeiro de 1933, quando Hitler é nomeado chanceler, o último programa é transmitido. Benjamin, através do rádio, aproximou-se de crianças e jovens na expectativa da abertura de “um campo de ressonâncias entretempos, que as colocasse em contato com as conversas irresolvidas do passado” (BINES, 2022, p. 47). É uma aposta corajosa que só pode fazer quem pressupõe na criança um saber e um desejo de saber.

Não é sempre com a coragem de Walter Benjamin que os adultos falam com as crianças. O medo dos efeitos e o desejo de proteção da criança e da infância, especialmente de um sofrimento sobre o qual pressupõe-se que elas não suportariam, torna falar sobre a morte também insuportável aos adultos, impedindo que a palavra ganhe voz.

“Há um mandato de não dizer dirigido para a criança” que torna impossível a articulação dos seus saberes, para as quais o sintoma se torna a única forma de expressão, diante da “distorção, supressão ou interdição de significantes fundamentais” (ROSA, 2000, p. 16).

Encontramos as concepções imaginárias que questionam se é realmente preciso falar sobre a morte e os mortos com as crianças, e perguntam, ainda com esperança, como seria possível protegê-las do sofrimento. A ideia de que as crianças não precisam ouvir falar de morte está firmemente enraizada no imaginário social, em que nutrimos a crença de que seja possível fazer um acordo com o inevitável e manter separados a criança e a morte, como duas partes de uma experiência que nunca se cruzam. Em situações extremas como a vivida no Brasil durante a pandemia de Covid-19: “[o] excesso do acontecimento, reproduzido por impacto e repetição, assim como na guerra, impõe a condição de que possamos aprender com a história da humanidade e juntar palavras à morte como medida necessária para fazer seu lugar em nossos laços (KATZ, 2022, p. 91)”.

⁷ Os roteiros dos programas radiofônicos de Walter Benjamin para as crianças foram publicados em um livro, traduzido para o português e intitulado “A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin”, com tradução de Aldo Medeiros.

Na análise com crianças, revela-se no brincar, no dizer os saberes da criança, preservados em sua força e movimento, mas também no sintoma, algo do saber se esconde, interdito e agora performado no retorno daquilo que foi recalçado.

Katz (2021) nos aponta uma questão fundamental: “o que torna possível que a criança enuncie o que ainda não sabemos dizer?” (KATZ, 2021, p. 6) e para responder a essa questão, dentre outros autores, Weill (1995) é trazido em sua premissa: “para além da inocência quanto ao saber, a criança é menos inocente que o adulto perante o real” (KATZ, 2021, p. 27). Assim, a capacidade de espanto da criança, que produz descontinuidade e hiância, é um elemento substancial na sua forma de relação com o saber.

Se lançar a escutar crianças pela psicanálise e cuidar daquilo que para elas é reconhecido como sofrimento, especialmente em tempos em que todos estamos atravessados por experiências do horror da morte e da violência, é uma aposta na afirmação de que as crianças sabem dizer.

O recurso à criança, segundo Katz (2021, p. 12), possibilita também compreender a infância como um instante singular de conexão entre o Real, o Simbólico e o Imaginário, em que a abertura para o Real, manifestada através do espanto, expressa “uma condição que afeta o saber e o saber-fazer com a vida”.

Falar com a criança e permitir a ela falar opera como garantia de cuidado e testemunho, mas também garantem a ética da psicanálise na suposição de um sujeito, sempre em constituição.

3 Acontecimento, textualização e testemunho

Que a escuta seja primordial à psicanálise é incontestável. Já como se passa do que se escuta ao que se escreve de um acontecimento na clínica não é algo tão consensual, embora seja tão presente na história da teoria psicanalítica. Defendemos a importância de discutir a escrita em psicanálise retornando às correspondências com Fliess, na “Carta 52” (FREUD, [1896] 2016, p. 25), em que Freud define a psicanálise como uma técnica de *Niederschrift*, termo que pode ser traduzido para o francês como *couché par écrit* e, para o português, como “vertido na folha” (BORGES, 2010, p. 135). A metáfora do que se verte em folha nos interessa na medida em que define a psicanálise como algo que se derrama, se transborda em/através do que é dito e do que, apesar de não dito, significa. Afinal, como o processo da “cura pela fala” passa à escrita? Daquilo que é escutado, o que é (im)possível de se textualizar, por exemplo, de um luto, de um trauma ou de um testemunho?

Uma das vias da discussão sobre textualização a serviço da teoria psicanalítica considera a escrita como um gesto de “literalização”, de tentativa de estabilização de sentidos. Desse modo, “em sua essência, então, a escrita teórica introduz e carrega as ilusões de uma metalinguagem científica, a fé na emergência de um enunciado derradeiro que encerre e capture as vicissitudes e contingenciamentos do ato de enunciação” (MILÁN-RAMOS, 2007, p. 256).

A fantasia de uma estabilização de sentidos tenta apagar a condição própria da língua de estar sempre sujeita ao equívoco e esquecer o fato de que “as palavras são cheias de sentidos a não dizer” (ORLANDI, 2007, p. 14). Dessa forma, apesar do esforço constante de *escrever exatamente aquilo que foi escutado*, de capturar uma enunciação em ato, de *transcrever literalmente* aquilo que foi dito, é preciso que o analista tenha em mente que “o ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo” (ORLANDI, 2007, p. 27). Trata-se de uma tentativa (sempre frustrada) por parte tanto de quem fala, quanto de quem escreve, de controlar os sentidos, as palavras e a ausência delas.

Se considerarmos que, na escuta clínica, o psicanalista atua como um “leitor”, vamos ao encontro de Jean Allouch ([1994] 2007) quando ele distingue, via psicanálise, três modos de leitura, a saber: a tradução, a transcrição e a transliteração, conforme citamos mais acima. O que está em jogo, na escuta do psicanalista, é a possibilidade de “decifrar” (não-todo) o material inconsciente que emerge em análise.

Primeiramente, apesar da ideia de “tradução” mencionada por Freud, em “A interpretação dos sonhos”, a operação que está em jogo não é, como se deve esperar de uma tradução, o de “transmissão de um sentido de uma língua para outra” (ALLOUCH, [1994] 2007, p. 16). Para o proponente de uma “clínica do escrito”, traduzir significa “escrever regulando o escrito pelo *sentido*”. Essa operação diz respeito à dimensão do imaginário, o que evidencia uma *construção imaginária da língua* enquanto “um sistema representável, nas formalizações, na apreensão de regras, de sistematicidades” que tenta preencher e apagar as falhas, o inesperado e o heterogêneo (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p. 129).

Por sua vez, a transcrição diz respeito a uma escrita regulada, sobretudo, pelo *som*. Nesse caso, o empecilho está posto desde o início, uma vez que “o objeto visado jamais será objeto obtido, pois é impossível que ela produza o tal e qual do objeto” (ALLOUCH, [1994] 2007, p. 17). A transcrição se associa, então, ao registro do real, no sentido do que é “inatingível” pela/na língua e, portanto, impõe que se perca algo do que foi dito. O interessante desse modo de leitura é o fato de que, dada a impossibilidade da transcrição, o

seu efeito é a produção de uma *outra* escrita, necessariamente sempre difere daquilo que foi escutado.

Por fim, a transliteração é uma escrita regida pela *letra*. Trata-se de uma tentativa de se transferir algo de uma escrita para outra e estaria mais ligada à instância simbólica. Entretanto, o autor considera que toda transliteração tem/teve sua origem na transcrição. Isso se dá porque “toda formação do inconsciente é um hieróglifo, no sentido inicial em que resiste à compreensão imediata, não é transparente e só se deixa ler mediante um trabalho de deciframento. Mas [...] este trabalho reclama associação livre, convoca [...] a fala do analisando” (ALLOUCH, [1994] 2007, p. 19).

Em nosso entender, há algo nesse deciframento que remeteria a um pré-construído, em suas relações de “exterioridade-anterioridade” que constituem o “pensável” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 114) em um dado momento sócio-histórico. Os modos de leitura disponíveis para o psicanalista não são a-históricos, são articulados ao interdiscurso e remetem sempre a um “saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido” (ORLANDI, 2015, p. 58).

Vale lembrar também que aquilo que o analista escuta certamente não é resultado de uma fala exprimida por um sujeito falante “livre” que tem “seu pensamento pessoal” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 22). E tampouco o psicanalista é “livre” em sua escrita. A partir da AD, entendemos o sujeito como afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, logo, a condição para poder dizer, para ter acesso à língua(gem), é justamente assujeitar-se aos sentidos já em circulação. Para além do conjunto de fatores que posicionam o sujeito no jogo de forças em que se determina *o que se pode (ou não) dizer*, acrescenta-se *o que se pode (ou não) escutar* em um dadas condições sócio-históricas.

Portanto, a textualização em psicanálise é possível porque há um já-dito, que estabelece regularidades discursivas e formais sobre o que se escreve em psicanálise. Nesse sentido, se considerarmos que “a memória é constituída pelo esquecimento” (ORLANDI, 2015, p. 59) e também que esquecer é necessário para que surjam novos sentidos, há de se perguntar: que sentidos foram evitados, de-significados, congelados em determinado momento histórico-político em que a psicanálise se constrói enquanto um saber?

Além disso, há também o impossível de ser dito, algo que põe o dizer a escapar de qualquer tentativa de simbolização: “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1983a] 2008, p. 43). O que entendemos como “real

da língua” corresponde, então, a “um resto irrepresentável, algo que resiste à simbolização mas que não cessa de não retornar” (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p. 128). Tendo em vista esse “real da língua” no tocante ao luto ou ao trauma, por exemplo, o que o analista textualiza quando “verte em folha”?

Diante do que não é possível verbalizar, por que escrever? Uma das funções da escrita em psicanálise fica exposta quando, não à toa, Jacques Lacan publica uma coletânea de seus textos com o título de “Escritos”. Quando interrogado sobre a dificuldade de leitura de seus textos, diz aos jornalistas: “eu não os escrevi para que as pessoas compreendessem, eu os escrevi para que as pessoas lessem” (NOBUS, 2019, p. 3). Essa frase põe em jogo um outro (ou Outro) a quem se endereça uma escrita em psicanálise. Em geral, se escreve para que seja lido, o que insere na cena (pelo menos) um leitor.

São muitas funções da escrita em psicanálise, mas, no tocante à relação com *um outro*, vale lembrar também o que se nomeou como “qualidade secundária do escrito”. Essa secundariedade não deve diminuir a importância de um escrito frente a uma “primazia da fala”, mas indagar os modos possíveis de relação com o outro. Por exemplo, “quanto ao que nodula o escrito a um certo modo da presença do outro, não é possível deixar de consultar a experiência psicótica; ela permitirá que esse questionamento se prolongue, que se delimite melhor a maneira pela qual o escrito pode neutralizar uma certa presença” (ALLOUCH, [1994] 2007, p. 16).

Escreve-se, portanto, para neutralizar algo que na fala aparece presente demais ou para trazer à simbolização, “dar corpo”, para algo que não esteve presente na fala, embora tenha sido escutado, ainda que na ausência do dizer, na forma de silêncio. Ou ainda, a escrita de uma situação clínica, de algo que aconteceu sob transferência, funciona como modo de lembrar daquilo que não é “passável”. Essa função tem a ver com o testemunho no sentido que Seligmann-Silva (2000, p. 79) recupera de Elie Weisel, que ao sobreviver ao Holocausto, teria dito “eu não contei algo do meu passado para que vocês conheçam, mas sim para que vocês saibam que nunca conhecerão”.

Para pensarmos a escrita, também podemos ler Pêcheux quando se pergunta sobre a escrita em análise de discurso, considerando-a parte constitutiva do processo de uma análise discursiva: “Como a escrita vem escandir tal processo, aí produzindo efeito de interpretação? Como o sujeito-leitor emerge nessa escansão?” (PÊCHEUX, 1983b, p. 318). Na escrita, algo se produz sobre o próprio processo de análise (discursiva?) - e a segunda questão deixa a pensar também o efeito-leitor (PÊCHEUX, FUCHS, 1975; ORLANDI, 2001) que emerge na

escrita do caso clínico.

Além, disso, no processo de fazer e refazer sua teoria do discurso, pensar e repensar a prática teórico-analítica da AD, Pêcheux enfatiza que o analista deve produzir um gesto de interpretação, isto é, que sua interpretação deve fazer gesto: “[r]ecortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como leitura-trituração” (PÊCHEUX, 1981, p. 25) e que pode produzir efeito na história, deslocando lugares, movimentando os sentidos, operando contra o logicamente estabilizado (cf. PÊCHEUX, 1983a), estando inscrita no terreno do político. São esses outros efeitos da escrita que preocupam o autor quando se pergunta ainda adiante: “Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção? Pode-se (re)definir uma ‘política’ da análise de discurso?” (PÊCHEUX, 1983b, p. 318).

4 Singular e social: contingência e história

O testemunho, nesse ímpeto de “passar” o “impassável”, talvez seja para nós um lugar (discursivo) privilegiado para fazer roçar esses campos (AD e psicanálise) entre a singularidade e o social, que se ligam não por uma tentativa de fazer uma análise discursiva de “viés” psicanalítico (ou um *psicanalismo*), nem por outro lado se propõe a ler propriamente casos clínicos, ou romances de uma análise, com o “instrumento” da AD.

Retomando Elie Weisel na citação acima, esse *contar* algo do seu passado lança uma singularidade, “algo do meu passado”, em uma memória discursiva, entendida como “um conjunto complexo, preexistente, e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um corpus sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 142). Isso porque, pensando ainda com o Holocausto, “neste desespero fundamental, o ‘ímpeto de resisitir’ provavelmente apartou-se dos próprios seres, votados ao desaparecimento, para se fixar em *sinais a emitir* para além das fronteiras do campo de concentração: ‘Como informar o mundo acerca das atrocidades que aqui se cometiam era a nossa maior preocupação’” (DIDI-HUBERMAN, [2004] 2020, p. 15).

Esse ímpeto de resistir por meio de *sinais a emitir* diante do inelutável desaparecimento da própria testemunha - “Os SS repetem-nos frequentemente que não deixarão sobreviver uma só testemunha” (DIDI-HUBERMAN, [2004] 2020, p. 16) -, consistiria em “verter em folha” aquilo que no fogo-total (*holus*, tudo e *caustos*, queimado) está condenado ao desaparecimento sem, supostamente, deixar rastros. Um testemunho é, portanto, um traço, ou indício, do acontecimento incinerado. Os *sinais a emitir* para além das fronteiras do campo de concentração consistem em transmitir uma marca que é primeiramente

a marca de um corpo votado ao desaparecimento, para o corpo sócio-histórico. É a transmissão de um traço do *singular* para o *social*. O ímpeto de arrancar escassos pedaços do campo de concentração para o além muro, nos tornam agora, como corpo social, seus *depositários* (cf. DIDI-HUBERMAN, [2004] 2020, p. 11). Ou seja, transforma um fato incinerado em *acontecimento discursivo*.

Deixar *traço* é fundamental, pois entre o *narrado* e o *vivido* não há univocidade, já que o processo de *textualização*, “prática irreduzivelmente linguístico-histórica”, é da “ordem do *intervalo*” (BARBOSA FILHO, 2018, p. 12), nos colocando diante do processo de enunciação não do sujeito singularizado, mas pelo simples fato de que esta enunciação tenha lugar no discurso, como puro acontecimento de linguagem num processo de textualização linguístico-histórico. Isso não invalida, obviamente, que há um fato que marca singularmente o sujeito, mas aquilo que se transmite pela escrita se situa “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983a] 2008, p. 17), diríamos, entre um real da história e uma memória.

O testemunho lança, portanto, no interdiscurso, aquilo que Agamben chamou de *rastros luminosos de outra história*, que “*arranca da noite e do silêncio existências humanas que, do contrário, não teriam deixado nenhum sinal de si*” (AGAMBEN, [1998] 2008, p. 145). É sob estes rastros de uma outra história que um relato biográfico ascende a um *corpus sócio-histórico*, justamente porque traz à luz “o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, [1933] 1987, p. 115) e permite uma outra história escovando-a a contrapelo (cf. BENJAMIN, [1940] 1987, p. 225).

Para que essa outra história seja possível é essencial entender o acontecimento não ligado à pretensão sherlokiana de reconstituição do fato, mas sim por aquilo que produz seus efeitos. O acontecimento só ganha corpo em seus efeitos. Um traço ou marca arrancada de dentro do campo de concentração adquire valor na medida em que o acontecimento ganha um nome. É isso que nos permite dizer o *holocausto*, a *ditadura*, o *genocídio indígena* ou ainda poder dizer que o que se operou no Brasil, por meio da pandemia da Covid-19, foi um genocídio orquestrado. Mas não são nomeações estabilizadas em si, senão que batalham no interdiscurso nos processos de significação (há quem diga “purificação da raça ariana”,

“revolução de 64”, “cada vez mais, o *índio* é um ser humano igual a nós”⁸, “gripezinha”⁹ e por aí vai).

Voltando ao testemunho, talvez seja possível articular a memória singular em seu processo de *textualização*, como tradução/nomeação de um traço, que se narra em um testemunho funcionando como um indício que, discursivamente, permite certa direção de interpretação da história em sua descontinuidade e contingência (cf. ZOPPI-FONTANA, 2017, pp. 178-179). Testemunhar, tomando-o desde este lugar, é uma espécie de espaço enunciativo que reconhece um *encontro contingente* do real do inconsciente com um real da história. É isso que permite que o “Eu” do narrador, uma identificação ideológica, se inscreva como fissura/divisão, um entre, que dá testemunho em um só tempo do sujeito do inconsciente, mas também de um *efeito sujeito* posto que identificado e interpelado. O testemunho diz na impossibilidade de que tudo se diga e, ainda que todos o digam, é uma ponta simbólica que atesta o real da história. É preciso tomar o cuidado para não essencializar a questão, sob o risco de “considerar o discurso como espaço das singularidades inefáveis produzidas por alguma subjetividade” (ZOPPI-FONTANA, 2017, pg. 179). Mas o testemunho dá uma existência discursiva, realiza uma possibilidade, pelo simples fato da existência do discurso que desregulariza-desestabiliza e permite pensar o discurso como acontecimento (cf. ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 180).

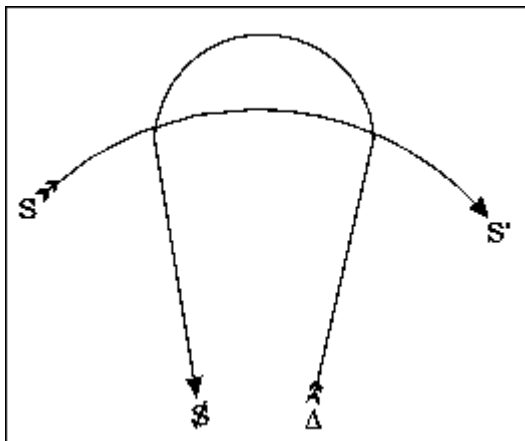
Tomando a contingência como a possibilidade do vir-a-ser-consumado, mas também com o vir-a-ser-outro ou ainda vir-a-não-ser (cf. ZOPPI-FONTANA, 2017), o fato de que o testemunho enuncie algo, como vir-a-ser-algo-consumado, se dá no encontro entre uma atualidade e uma memória. O testemunho é, portanto, o lugar em que os reais da história, da língua e do inconsciente se encontram em uma contingência.

Esse encontro contingente, no entanto, é um encontro já marcado, justamente porque o sujeito é já uma interpelação pela ideologia em sua origem. Tomemos a estrutura elementar do sujeito tal como estruturado na forma primeira do grafo do desejo de Lacan, ou a “célula elementar do desejo”.

Ao tempo que Lacan representa graficamente a relação entre o significante e o significado e o processo de significação no tempo do só depois, institui também o

⁸ Trecho de fala de Bolsonaro em live do dia 24/01/2020, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>.

⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>.



produto desse bastamento, ou seja, ‘o que sai do outro lado’ depois que intenção mítica $[\Delta]$, real, passa através do significante e o ultrapassa, é o sujeito, que recebe a notação do matema $\$$ (o sujeito dividido e, ao mesmo tempo, o significante apagado, a falta de significante, o vazio na rede do significante). Essa articulação mínima já atesta o fato de que estamos lidando, aqui, com o *processo de interpelação dos indivíduos*, entidade mítica pré-simbólica (também em Althusser, o indivíduo interpelado como sujeito não é conceitualmente definido, mas é simplesmente um X hipotético que deve ser pressuposto), *como sujeito* (ŽIŽEK, [1990] 1992, p. 100).

Ou seja, chamamos a atenção que há aqui um encontro contingente entre *fantasia*, o que media a relação do sujeito com o Outro, e *acontecimento discursivo* que interpreta de um modo a história.

É nisso que pensamos que haja uma relação possível e contingente na tensão do sujeito entre *psicanálise* e AD, não aproximando a ordem do inconsciente e a da ideologia, “mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 278), justamente porque há algo que resiste ao sentido todo, ou assujeitamento, isso que resiste é a letra, ou o sujeito ao pé da letra no campo da psicanálise.

5 Discurso e luto

Não é possível desviar da questão do discurso ao se tratar do luto. Ao menos não do lugar da análise de discurso materialista (AD), que olha para a materialidade da língua em discurso e convida, por isso, a pensar as especificidades do funcionamento do discurso e de cada materialidade discursiva (PÊCHEUX, [1980], 2016) em sua constituição, formulação e circulação (COURTINE, [1981] 2009; ORLANDI, 2001). Trata-se, não menos, de recolocar, no campo do luto, a questão fundamental do nó entre real, simbólico e imaginário, na tentativa de compreender aquilo do luto que se faz pelo rito e aquilo que se faz por palavras, ou ainda o que se faz nesse entremeio, na imbricação entre simbólico e imaginário. Para isso, de novo, nos cabe discutir o papel da língua como materialidade.

Essa experiência, incontestavelmente, implica a dimensão de uma linguagem. Como, aliás, sem a linguagem, Freud poderia falar de um ‘mandamento’ da realidade? Um mandamento é algo articulado! Essa experiência resulta também do imaginário (no sentido de Lacan), na medida em que o que significa tem o valor de um traço da imagem do outro, i(a). O conceito de signo comporta justamente essas duas dimensões, precisamente enquanto não distintas (ALLOUCH, [1995] 2004, p. 73).

Queremos pensar, assim, retomando Lacan ([1953] 2005), “o que é esta experiência da palavra?” ou, deslocando-o, o que é a experiência da palavra (em discurso) no luto, que interessa à psicanálise pelo viés da singularidade e da prática analítica, protagonizada pela dimensão do gozo, mas que também pode ser pensada na relação do discurso com a história, com a memória e com as subjetividades (isto é, as formas de identificação produzidas no e pelo discurso em condições de produção determinadas), adentrando o terreno da AD e o campo da ideologia. A esse respeito, gostaríamos de mencionar ainda que propor mirar o limiar ou, até mesmo, caminhar entre-sobre a fronteira de AD e psicanálise deveria nos impor pensar, em alguma medida que afete a prática de pesquisa que aí se vê des-alojada, a disjunção teórico-epistemológica entre a mais-valia e o mais-de-gozar (cf. LACAN, [1968-1969] 2008, p. 11-25), a disjunção entre o que poderíamos chamar de solução teórica do sujeito pela ideologia, em AD, e pelo desejo, em psicanálise.

Ainda podemos recolocar as questões acima de uma outra forma, reunindo-as em torno da principal: a da relação entre luto e discurso. Formulamos a questão tal como se coloca para a AD, ainda que sem desdobrar todas as suas implicações: o discurso do sujeito enlutado ou materialidades discursivas em cuja análise o luto aparece como questão (não tomando as duas coisas como equivalentes) são discursos *sobre* o luto ou discursos *do* luto?

Para pensá-la, lemos Allouch, enquanto debate com a ‘prova de realidade’ freudiana: “[c]om efeito, a primeira palavra que vem à mente, até mesmo aos lábios do enlutado, ao ficar sabendo da terrível notícia, é quase uma interjeição: ‘Não é verdade!’”. Tomamos essa interjeição, lida por Ribeiro (2020, p. 86) como “[o] marco inaugural que introduz o sujeito no estatuto de enlutado” como um indício de que deveria-se responder a essa pergunta com a segunda opção e adiante nos dedicamos a levantar aspectos que investigamos enquanto formas de delimitar o que (e por que) poderia ser (tido como) o *discurso do luto*.

Pois, o que a AD permite escutar na interjeição evocada por Allouch, mas que muitas vezes escapa ao lugar teórico e de escuta da psicanálise, é um lugar vazio no fio do discurso: [] não é verdade!. Antes de dar qualquer outro passo adiante nesse gesto de análise, será preciso expormos alguns pontos.

Consideramos, aqui, o fato teórico, em AD, do equívoco da língua, cuja consequência teórico-analítica é que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983a, p. 53). Tratamos, portanto, a interjeição allouchiana como enunciado tal como o define Pêcheux (1983a, p. 53), definindo também algo da prática da AD: “[t]odo enunciado (...) é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso”.

Ainda sobre esse ponto, ressaltamos análises discursivas feitas na relação com materiais de análise marcados pelo trauma (cf. BOCCHI, 2017; CARRENHO, 2019), pelo luto – marcado desde a definição freudiana (FREUD, 1917 [1915]) pela dimensão da perda, deslocada por Lacan e Allouch como dimensão do furo (cf. RIBEIRO, 2020; 2021) – e pelo político na história, naquilo que implica de violência (cf. BARBOSA FILHO, 2018; MODESTO, 2018). Sua leitura nos permite dizer ainda de outro modo o espaço de trabalho da AD, definindo-o enquanto “espaço de escuta do abismo, dos furos, como espaço de trabalho com os restos” (CARRENHO, 2019, p. 142), lugar que não apenas interessa à psicanálise, mas convoca a um encontro: não seria o “resto” em AD análogo à “rachadura” mencionada por Lacan: “tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela”. Ainda é Lacan (1964, p. 32) quem afirma: “o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito”. De um lado, “a sequência discursiva se vê atravessada, por um lado, pela heterogeneidade discursiva, confundindo os limites entre o sujeito e o Outro, afirmando o primado do interdiscurso e a constituição imaginária do Eu enunciador” (CARVALHO, 2008, p. 249). Por outro lado,

a sequência discursiva se vê atravessada pelo real do inconsciente, provocando efeitos de ruptura que não podemos remeter diretamente à presença do Outro no discurso mas, sim, à Outra cena na qual supomos o sujeito do inconsciente, ali mesmo onde o sujeito se divide e se torna estranho à sua própria apresentação discursiva (CARVALHO, 2008, p. 249/250, *grifo do autor*).

Trata-se de dois momentos que devem ser pensados em sua relação de anterioridade lógica: na interpelação, lidamos com um processo de identificação, posterior, portanto, à alienação ao significante que caracteriza o surgimento do sujeito do inconsciente. Nesse sentido, a interpelação deve ser considerada em sua relação com a constituição daquilo que Lacan denomina “fantasia fundamental”, figura que condensa a resposta do sujeito ao enigma do desejo do outro: “Que queres?”. Para Lacan, o sujeito tanto é determinado pela ordem simbólica quanto por sua relação a um objeto de gozo, e este par se conjuga na fantasia. A

causa daquilo que falha, portanto, é vista por Lacan na relação entre sujeito do significante e objeto de gozo.

Zizek (1992), fazendo uma “leitura política” do grafo do desejo de Lacan, indica que, na última formulação do grafo, o nível de significação está abaixo do nível do gozo. Tendo isso em vista, o autor vê a necessidade de aliar uma extração do núcleo do gozo à análise discursiva, mostrando como, além do campo da significação, mas, ao mesmo tempo, dentro desse campo, uma ideologia implica um gozo pré-ideológico que a estrutura.

Essa tela mascara um núcleo traumático que seria interessante para a Análise de Discurso trabalhar em sua relação: do lado da língua, a lógica do significante, o simbólico como instância puramente diferencial, sem substância; do lado da história, a luta de classes, uma divisão social traumática que não pode ser integrada à rede simbólica e, por fim, do lado do inconsciente, a falta de relação sexual. Não estaríamos, aqui, trabalhando, ao mesmo tempo, dentro e fora da ideologia, na medida em que:

antes de ser captado na identificação, no reconhecimento/desconhecimento simbólico, o sujeito (\$) é captado pelo Outro através de um paradoxal objeto-causa do desejo em meio a isso, (a), mediante o segredo supostamente oculto no Outro: $\$ \langle a \rangle$ – a fórmula lacaniana da fantasia? (ZIZEK, 1994, p. 322).

No entanto, também a AD produz questionamentos em direção à Psicanálise, na medida em que parte de três aspectos fundamentais e imbricados, que a seguir tentamos resumir. Primeiro, a afirmação pecheutiana de que “a questão do sentido surge do interior da sintaxe” (PÊCHEUX, 1982, p. 65), que ecoa no dispositivo e na prática teórico-analítica da AD: “o fato de o discurso se dar sobre uma base dotada de leis internas (fonológicas, morfológicas, sintáticas e enunciativas) *determina* o funcionamento dos processos de produção do sentido” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 80). Segundo, desdobrando-se do primeiro, a demarcação da necessidade de uma dupla fuga: de uma posição logicista, “como se a análise linguística independesse de uma reflexão teórica sobre o funcionamento das relações sintáticas” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 74), que implicaria para a prática da AD uma divisão entre o tempo da “descrição linguística” e o tempo da análise discursiva, sendo que ambas se dão a um só tempo no funcionamento do dispositivo, o que nega o préstimo da AD como “metodologia”; e de uma posição sociologista, posto que “o linguístico não ‘reflete’ (nem ‘refrata’) os processos sócio-históricos na medida em que a língua é uma estrutura dotada de leis internas que não espelha o arranjo material das relações sociais” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 75). O terceiro aspecto tensiona os outros dois e faz permanecer a AD no terreno da imbricação entre língua, história e sujeito, no campo da asserção dos três reais

(PÊCHEUX, 1975) e dos impasses de que a própria formulação dessa tripla asserção é sintoma. Ele também retoma a centralidade do funcionamento ideológico para a análise de discurso e está resumido em Pêcheux (1975, p. 82):

[o] fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja ‘indiferente’ à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política. (...) [O] fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes.*

Por esses caminhos, a análise de discurso marca indubitavelmente o próprio de sua prática, cabendo à psicanálise ouvir ou não (reiteradamente, em sua própria prática) a questão que esse próprio lhe coloca. Ouvir as questões colocadas, simultaneamente, por certas conjunções e por certas disjunções fundamentais entre essas duas práticas teórico-analíticas (jogando aqui com os sentidos de “análise” no campo dos discursos de cada prática), dando espaço aos impasses, apontando os silêncios, devolvendo ao centro aquilo que estava nas bordas.

Suas disjunções impedem, salvo deixando-se de lado um grande prejuízo teórico e epistemológico, a absorção da AD pela psicanálise como uma espécie de metodologia, quase aos moldes do lugar que a Linguística foi levada a ocupar enquanto uma possível ciência piloto frente às ciências humanas, o que continua a nos dizer sobre o difícil estar-no-lugar dos estudos da linguagem, sobretudo os que se propõem a se ocupar da língua como uma materialidade específica.

Por outro lado, suas conjunções-disjunções fizeram com que a AD se visse e se veja repetidamente compelida a ocupar-se da imbricação de seu campo com o da psicanálise, tendo-a como constitutiva do seu lugar de disciplina de entremeio, assim como o materialismo histórico, sem propor aglutiná-los (cf. PÊCHEUX, 1978; 1983a). A esse respeito, achamos proveitoso retomar Pêcheux, sobre a questão entre ideologia e inconsciente, entre sujeito ideológico e sujeito desejante, enfim, a questão fundamental que se inscreve na fronteira e inscreve a fronteira dos campos, já que é essa consideração que leva Pêcheux a afirmar que “[...] o non-sens do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar”, nunca é inteiramente

recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsação’ pela qual o non-sens do inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele se pretende instalar (PÊCHEUX, 1978, p. 300, *grifos do autor*).

Desse modo, Pêcheux passa a pensar a interpelação como um ritual com falhas, retorno do non-sens no sentido, o inconsciente como “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura” (PÊCHEUX, [1978] 2014, p. 300).

Após esse necessário desvio, podemos voltar ao luto e ao primeiro movimento do gesto de análise discursiva da interjeição evocada por Allouch, que nos levou à explicitação de um lugar vazio em “[] não é verdade”. A esse lugar, poderíamos devolver uma interpretação como elipse: [▲] não é verdade! (cf.); ou ainda devolver ao enunciado¹⁰ uma paráfrase com um elemento dêitico: *Isso* não é verdade!. Não podemos fazê-lo, porém, sem considerar a conclusão de Carrenho (2019, p. 151) sobre os lugares recorrentemente vazios, ou preenchidos por dêiticos e elipses: “discursivamente, *o dêitico coloca em funcionamento a incompletude e o equívoco* próprios da linguagem e *é marca, no relato, do encontro com o Real* e do indizível que lhe é próprio” (grifos da autora). A esse respeito, também podemos citar Ribeiro (2020, p. 123) quando diz que “a dêixis é o invólucro do vazio, uma convocação do significante para dar conta de um furo (no) real”. O que “não é verdade”? Como a “realidade” da morte ou da perda, que se inscreve na materialidade do discurso como lugar vazio, pode ganhar nome(s)?

Assim, se Freud define o “afeto normal do luto” como “a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar” (FREUD, 1917 [1915], p. 128), ainda que a perda possa ser compreendida como algo pertencente ao campo do real, não estaria a reação a ela sempre-já no nó dos “três registros que são os registros essenciais da realidade humana” (LACAN, 1953)? Isto é, não seria o luto precisamente a reação à irrupção do real na ordem simbólica e imaginária, pela mobilização do próprio sistema simbólico e do próprio imaginário, ou, ainda, da palavra e do rito diante do furo? Aqui, ecoa a diferença de ordem presente na relação já evocada entre acontecimento e textualização, assim como ecoa algo próprio do funcionamento do testemunho frente ao trauma¹¹:

¹⁰ “Devolver” ao enunciado, leia-se também ao corpus, ao discurso, à materialidade discursiva em análise, pois enfatizamos assim a dimensão do ato no gesto analítico articulado a outra característica fundamental da AD, a do movimento pendular entre teoria e corpus, necessário para a construção heurística do dispositivo teórico-analítico a cada novo gesto de análise.

¹¹ Sobre a aproximação entre trauma e luto, nos referimos à discussão proposta por Ribeiro (2020, p. 86): “[a] meu ver, a analogia entre trauma e luto comporta o risco de con-fundir a dimensão singular do luto com o objetivo específico de projetos voltados à construção de uma memória coletiva das inumeráveis mortes do passado e do presente. O ponto de encontro, homológico, entre o luto impossível e o traumático, penso eu, estaria em outro lugar: na temporalidade e na perda da realidade”. Além disso, na relação entre trauma e testemunho está em jogo, assim como no luto, a dimensão do real enquanto impossível de dizer. Cabe investigar mais a fundo, porém, as possíveis diferenças existentes entre o testemunho e o que aqui temos chamado de discurso do luto, na medida em que essas se marquem como diferenças na materialidade discursiva dos testemunhos, sendo de interesse compreender se há também uma materialidade específica remissível ao luto.

pelo ponto em que o testemunho toca a ordem do impossível do trauma, ele é sempre uma tentativa de elaboração do traumático que se dá no e pelo próprio ato de testemunhar, de dizer. Assim, testemunhar não se trata de um dizer em voz alta ou dizer para alguém algo que já estava elaborado ou reconhecido antes (CARRENHO, 2019, p. 93).

Com isso queremos apontar que supor o luto enquanto discurso *sobre* o luto poderia colocá-lo em um espaço ontológico outro que não o do próprio trabalho do simbólico em torno do furo real que o atravessa. Por outro lado, compreendê-lo como discurso *do* luto é compreender o discurso como a materialidade em que o luto efetivamente trabalha, a partir da deriva, dos deslocamentos, da possibilidade não de que um espaço vazio venha a ser preenchido, mas que a partir dele as redes de sentido se coloquem em movimento, assim como se vê colocada em movimento a economia libidinal do sujeito, seja na versão do luto freudiana (FREUD, 1917 [1915]) ou na erótica do luto allouchiana (ALLOUCH, 1995).

Disso concluímos que, na fronteira de análise de discurso e psicanálise, a questão do luto pode sofrer um deslocamento substancial: do luto como perda do objeto, passamos ao luto como perda **de** objeto, no discurso. Em torno e a partir desse furo, estabelecem-se processos discursivos que colocam a dimensão significativa em trabalho pelas bordas do furo real, cuja aposta deve ser a possibilidade de produzir outros lugares de filiação para o sentido e de identificação para o sujeito:

outros processos (...) continuam a produzir sentidos para esse espaço estrutural do objeto (...). Isto é, o objeto é construído discursivamente pela nomeação e pela significação de elementos outros que, por efeito discursivo sobre o funcionamento sintático da base material, fazem oposição a ele. Dessa forma, ele acaba marcado por certas discursividades e certos sentidos (CARRENHO, 2019, p. 153).

Esse deslocamento aponta um caminho interessante para que se pense outro impasse da fronteira de que e de onde falamos: o da diferença entre a inscrição do luto na clínica e sua inscrição na memória (no sentido discursivo, abarcando a contradição constitutiva entre memória e esquecimento, cf. Robin, 2003), que remete à relação, nada transparente, entre o singular e o histórico¹². A questão aparece condensada em Barbai e Souza (2022):

[e]ntretanto, como agregar o morto no corpo social? O corpo morto é um corpo que se silencia. São os rituais funerários que o fazem falar. Assim, o elogio e o lamento são as formas discursivas que transformam a ausência do desaparecido. Os rituais fúnebres (...) portam um dispositivo pedagógico (o que organiza a conduta dos homens e mulheres), assim como determinam a institucionalização do fim da vida.

¹² Dada a emergência do furo real, tanto a psicanálise quanto a AD se propõem a escutar o movimento do simbólico desencadeado em torno dele. Porém, esse movimento interessa diretamente à psicanálise na medida em que é por ele que se escuta o movimento do desejo, em sua possibilidade de instaurar uma nova posição desejante para o sujeito. Já a AD prioriza olhar para a movimentação simbólica buscando pensar a produção de sentidos em sua relação com a memória. Acreditamos que a fronteira entre essas escutas, antes de nos afastar, nos convida a explorar seus pontos de fricção, mesmo que para devolvê-los ao interior de uma e outra prática.

Os ritos fúnebres têm espessura semântica e memória (BARBAI; SOUZA, 2022, p. 183).

Essa citação também nos permite voltar à questão da imbricação do simbólico e do imaginário no luto, avançando em sua elaboração. Barbai e Souza (2022) enfatizam a dimensão imaginária que organiza os rituais fúnebres, ressaltando sua importância para uma certa conduta que integra o luto, e, simultaneamente, destacam o lugar fundamental do simbólico e do discurso no luto pelo papel que conferem ao elogio e ao lamento. Sobre o elogio, citemos:

[n]o elogio temos a passagem do visível ao nomeado, inscrevendo a morte e o morto no espaço da memória (cf. Pêcheux, 1999, p. 50). (...) Ao se elogiar tem-se a marca do renome, fazendo com que o corpo que desaparece no vácuo do sentido, se inscreva na memória de cada um (BARBAI; SOUZA, 2022, p. 183).

Já para dizer sobre o lamento, os autores retomam a peça de Sófocles, *Antígona*: “[o] lamento de Antígone dá corpo, dá nome à carne que apodrece. Ao lamentar a morte do irmão, lhe sepultando, a personagem produz um ato radical: a presença da linguagem num corpo morto” (BARBAI; SOUZA, 2022, p. 184). É também o lamento de Antígona que a introduz no estatuto de enlutada e que, paulatinamente, faz operar o próprio “trabalho do luto”, para retomar Freud (1917 [1915]) ou, se nos debruçamos sobre a versão do luto de Allouch (1995), é também sob as formas discursivas do elogio, do lamento e possivelmente outras, que pode se dar o “gracioso sacrifício de luto” necessário para a subjetivação da perda. Não à toa, consideramos, é outro enunciado¹³ que o autor precisa evocar para elaborar a erótica da perda do “pequeno pedaço de si”: “*My heart is in the coffin there with Caesar*”, proclama publicamente o Antônio de Shakespeare” (ALLOUCH, 1995, p. 12).

Antes de concluirmos, a abordagem de Barbai e Souza (2022) e o aspecto público da proclamação – outra forma discursiva do luto, se assim pudermos chamá-la? – retomada por Allouch (1995) nos serve de ponte para voltar à questão do discurso *sobre* o luto. Se o afastamos da possibilidade de ser uma espécie de relato, pela linguagem, de um processo que já se deu em outra instância, não nos cabe descartá-lo de todo, pois talvez ele nos permita olhar para o lugar do outro: nem de César, nem de Antônio, mas do público, ou de um terceiro. O discurso *sobre* o luto seria, assim, algo como o discurso *sobre* o luto *de um outro*.

Contudo – e aqui concluímos com uma última questão que julgamos fundamental para a continuidade de nossa investigação teórica –, no luto em específico, parece haver uma imbricação constitutiva entre o discurso *do* luto, tal como o delineamos, e *sobre* o luto,

¹³ Para pensar o aspecto enunciativo que aqui inevitavelmente aparece, remetemos às elaborações de Carrenho (2019) sobre a *cena*, pensada como um espaço que coloca em jogo, no e pelo discurso, relações entre demandas, determinações, lugares para os sujeitos e percursos para os sentidos.

enquanto discurso de um terceiro, na medida em que esse outro é necessário para que o ritual se efetive¹⁴. Essa imbricação se dá, inclusive, na própria materialidade do discurso, nas formas de textualização – em sua relação com as instâncias de constituição e formulação – e circulação do luto, na tentativa de elaborar o furo real que atravessa nosso tempo marcado pela pandemia do coronavírus, mas que também atravessa cada um dos que perderam alguém para a doença, no campo da singularidade.

Baldini e Nascimento (2021, p. 87) trabalham sobre esses pontos em sua análise do memorial *Inumeráveis* e apontam, enfim, que o luto é algo que inevitavelmente toca a todos:

o memorial *Inumeráveis* nos permite dizer algo a respeito da transferência e do público no luto se consideramos a sua forma singular de textualizar os relatos proferidos pelos enlutados e também seus efeitos de circulação no espaço virtual (...). Entendemos a transferência em jogo no luto no sentido comum deste termo, ou seja, um terceiro (ou quarto, quinto, enésimo) sem um vínculo direto com o morto acaba sabendo que está também de luto. Nesse sentido, a noção de transferência é uma aliada em potencial à mobilização de um *luto coletivo*. Não é possível levar com indiferença os anúncios diários de milhares de novos mortos pela pandemia no Brasil. Estamos também de luto.

Considerações finais

Na apresentação de nosso texto propusemos uma pergunta, “Assim, como nesse espaço de desdobramentos se inscrevem as impossibilidades de ritualização de eventos traumáticos, de lutos não-reconhecidos e de testemunhos inauditos e que formas de respostas a isso são discursivizadas?” Essa é uma questão que não apenas restringe os campos ao seu domínio, mas se propõe ao trabalho que desenvolvemos ao longo desse artigo: o que as materialidades discursivas têm que ver com trauma, luto e testemunho? Isso nos leva à questão epistemológica da (não) relação entre AD e psicanálise.

Reafirmamos que não se trata de mirar (no sentido de miragem mesmo) uma univocidade entre os campos, ou seja, nossa tentativa não é a de reinventar o *fantasma teórico unificador*, ao qual cairia bem chamar “espantalho” pelas suas roupas surradas e seu enchimento de trapos. Mas nos dispusemos a encontrar na fronteira entre AD e psicanálise, alguns limiares.

Em suas inacabadas *Passagens*, Benjamin nos propõe uma diferenciação “radical”, à raiz (germânica) dos conceitos, entre *fronteira* e *limiar*.

¹⁴ Podemos considerar ainda que há, na descrição da cena shakespeariana por Allouch, a evocação de uma força performativa da linguagem no “gracioso sacrifício de luto” que nos impele a apontar a relevância do trabalho de Austin (1962) e de sua leitura por Felman (1980). O performativo também nos parece ser um campo importante a explorar para se pensar uma materialidade específica do discurso do luto, cabendo investigá-lo também naquilo que remete ao registro do imaginário, por meio do ritual.

O limiar [*Schwelle*] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [*Grenze*]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwelle* (inchar, entumescer), e a etimologia não deve negligenciar estes significados. Por outro lado, é necessário determinar o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado. ■ Morada de sonho ■ (BENJAMIN, [1982] 2018, VI. II, p. 816).

O conceito de fronteira é classicamente definido no campo filosófico como aquilo que “contém e mantém algo, evitando seu transbordar, isto é, define seus limites não só como os contornos de um território, mas também como as *limitações* de seu domínio” (GAGNEBIN, 2014, p. 35). É efetivamente por uma fronteira conceitual que real da língua, real da história e real do inconsciente se distinguem.

Ao trabalharmos, entretanto, as relações com a morte, com o trauma e com o que disso pode haver de testemunho, em sua historicidade e nas condições marcadas pelo nosso tempo (ou seja, relações marcadas pelo *corpus* social) atravessados pela memória e o *fora da memória*, logo *in-significado* ou *de-significado*, buscamos encontrar na *fronteira* alguns *limiares*.

Isso porque o limiar

aponta para aquilo que Platão designou pelo advérbio de *metaxu*, aquilo que se situa “entre” duas categorias, muitas vezes opostas, tal qual o demônio de Eros que, no *Banquete*, impõe-se entre deuses e mortais. O limiar designa, portanto, essa zona intermediária que a filosofia ocidental - bem como o assim chamado senso comum - custa pensar, pois que é mais afeita às oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que haja, em alguns casos, um esforço em dialetizar tais dicotomias (GAGNEBIN, 2014, p. 37).

É fundamental, primeiramente, destacar que o limiar não é a indiferenciação conceitual, de categorias, mas é a marca do “entre”. Por outro lado, é radicalmente distinto da fronteira, que, no trilhamento de nossas reflexões, poderia ser representado pelo muro. É Orlandi (2002) quem nos ensina sobre o “entremeio” que, em sua prática teórica e analítica, o situa do seguinte modo: “a idéia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (Orlandi, 2002, p. 21). No entanto, segundo a autora, é preciso reconhecer que habitar o “entre” não é algo se dá em “relações em que não faltam pressões, processos de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentidos mas também relações de força” (Orlandi, 2002, p. 21).

E referenciar-mo-nos ao muro não é sem consequências: pensemos no portão de Auschwitz que continha a sentença *Arbeit macht frei*, que em tradução livre significa “O trabalho liberta”¹⁵.

É esse muro fronteiro que nosso tempo impõe a solidão ao moribundo, confinado ao quarto asséptico de um hospital (cf. GAGNEBIN, 2014, p. 39) ou às paredes de uma câmara de gás/uma sala de tortura/uma UTI de Covid-19, tornando a morte uma experiência isolada, individual, o que transforma radicalmente a experiência do luto. É a fronteira/muro que tenta barrar a experiência do *luto coletivo*.

Acontece que, seja no *ímpeto de resistir*, nos *sinais a emitir* para além das fronteiras dos campos de concentração, ou na textualização do memorial *Inumeráveis*, a fronteira vira um “entre” como passagem, como trânsito, como Eros, como limiar. Convocam, ao lançar no interdiscurso uma nova narrativa que tenta ao verter em papel o inenarrável do trauma, o corpo social à memória, ao rito de passagem de uma coletividade incinerada, sem ar respirável. Nos torna todos depositários de seus *sinais emitidos*, diante dos quais, os autores deste artigo não ficam em cima do muro: a memória política e o luto social são os modos pelos quais narramos a história a contrapelo, no contra-discurso, que permite uma nova morada para os sonhos.

É nesse trilhamento que pensamos que luto, trauma e testemunho são conceitos fundamentais para pensarmos uma relação limiar, logo, entumescida e desejante, entre os campos da AD e da psicanálise, já que convocam à produção de relações de passagem entre o sujeito do inconsciente e o sujeito interpelado pela ideologia.

Retomando a passagem de Benjamin sobre limiar e fronteira, o autor começa assim,

Ritos de passagem - assim se denominam no folclore as cerimônias ligadas à morte, ao nascimento, ao casamento, à puberdade etc. Na vida moderna, estas transições tornam-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. Tornamo-nos muito pobres em experiências limiarias (BENJAMIN, [1982] 2018, VI. II, p. 815).

São esses ritos de passagem que nossa leitura limiar (reconhecendo as fronteiras entre os campos) tenta resgatar pela via do luto, do trauma e do testemunho, recortados pela memória. Pensamos que não se trata de uma univocidade conceitual fantasmática, mas um

¹⁵ Não nos escapa a dialética da alienação/separação lacaniana, que ao introduzir a particularidade de um *fator letal* introduz algo da liberdade de escolha, “*a liberdade ou a morte!* Ai, porque a morte entra em jogo, produz-se um efeito, de estrutura um pouquinho diferente. É que, nos dois casos, terei os dois. A liberdade, vocês sabem, antes de mais nada, é como a famosa liberdade do trabalho, pela qual a revolução francesa, parece, se bateu - pode bem ser também a liberdade de morrer de fome, é mesmo ao que isso levou durante todo o século dezenove, é por isso que foi preciso, depois, revisar alguns princípios. Vocês escolhem a liberdade, muito bem!, é a liberdade de morrer. Coisa curiosa, nas condições em que lhes dizem *liberdade ou a morte!*, a única prova de liberdade que vocês podem fazer nas condições que lhes indicam, é justamente a de escolher a morte, pois aí, vocês demonstram que vocês têm a liberdade de escolha” (LACAN, [1964] 2008, p. 208).

encontro contingente entre real da língua, real da história e real do inconsciente na Era da Catástrofe e, porque não, da *colonialidade* como paradigma da modernidade.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (1998) *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALLOUCH, Jean. (1994) *A clínica do escrito*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.
- ALLOUCH, Jean. (1995) *Erótica do luto no tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- AUSTIN, John Langshaw. (1962) *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. (2018) Luto, discurso, história. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. (orgs) *Imaginário, sujeito, representações*. Recife: UFPE, 2018.
- BALDINI, Lauro José Siqueira; SCHERER, Amanda Eloina; GARCIA, Dantielli Assumpção; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. (orgs.) (2022) *Restos de horror*. Campinas: Pontes, 2022.
- BALDINI, Lauro José Siqueira; NASCIMENTO, Elisa Mara. (2021) “Esse verso é um pouquinho de uma vida inteira...”: os inumeráveis e a morte inominável. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 67-90, jan. 2021.
- BALDINI, Lauro José Siqueira; CHAVES, Tyara. Veriato. (2018) Do visível ao nomeado: enquadramentos do humano. *Trabalhos em linguística aplicada*, Campinas, n. 57, v. 2, p. 799-820, 2018.
- BALDINI, Lauro José Siqueira; RIBEIRO, Thales de Medeiros; NASCIMENTO, Elisa Mara do. (2021) Versões do luto: análise do discurso e psicanálise. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 63, n. 00, p. e0210044, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668287>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- BALDINI, Lauro José Siqueira; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. (2014) Melancolia (ou traços): dizeres nublados. In: *Discurso e sujeito: trama de significantes*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- BARBAI, Marcos; SOUZA, Pedro de. (2022) Luto e lamento: levantar a voz; cantar aos mortos. In: SCHERER, Amanda Eloina; GARCIA, Dantielli Assumpção; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira; ABRAHÃO E SOUZA, Lucília Maria. (orgs.) *Restos de horror*. Campinas: Pontes, 2022.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. (2018) *O discurso antiafricano na Bahia do século XIX*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. (2022) Sintaxe e discurso. In: VINHAS, Luciana Iost Vinhas; CAMPOS, Luciene Jung de; LARA, Renata Marcelle. (orgs.) *Trajetos equívocos: discurso, deslimite e resistência*. Campinas: Pontes, 2022.
- BENJAMIN, Walter. (1933) Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. (1940) Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. (1982) *Passagens*, vol. II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- BINES, Rosana Kohl. (2022) *Infância, palavra de risco*. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2022.

- BOCCHI, Aline Fernandes Azevedo. (2017) Posições subjetivas em face da violência: traços constitutivos de memória em testemunhos de mulheres. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1808-1822, jan./mar. 2017.
- BORGES, Sonia. (2010) *Psicanálise, Linguística, Linguística*. São Paulo: Escuta, 2010.
- CARRENHO, Júlia Mendes. (2019) *Eu vou contar e outras cenas de testemunhos de mulheres: um estudo discursivo das relações entre arquivo, trauma e língua*. 2019. 189 f. TCC (Graduação) - Curso de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1127342>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- CARVALHO, Frederico Zeymer Feu de. (2008) *O Sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível online em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARCO-7F2RJQ>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981) *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- DIDIER-WEILL, Alain. (1995) *Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2004) *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- FELMAN, Shoshana. (1980) *Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin, ou, la séduction en deux langues*. Paris: Seuil, 1980.
- FREUD, Sigmund. (1896) Carta a Fliess 112 [52], de 06 de dezembro de 1896. In: FREUD, Sigmund. *Obras incompletas de Sigmund Freud: neurose, psicose e perversão*. Vol. 5. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FREUD, Sigmund. (1917 [1915]) Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2014) Limiar: entre a vida e a morte. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, pp. 33-50, 2014.
- KATZ, Ilana. (2021) O recurso à criança para dizer o indizível. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 11, p. 5, 2021. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2021/07/20/n-11-05>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- KATZ, Ilana (2022a). Crianças que vivem a morte. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, Ano XIV, vol.1 n°1, p. 85-103. Disponível em: <https://ojs.uva.br/index.php/trivium/article/view/316>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- KATZ, Ilana. (2022b) Infâncias contra hegemônicas para descolonizar a psicanálise. In: *O Mundo e o resto do Mundo: Antíteses da Psicanálise*. N-1 edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/infancias-contra-hegemonicas-para-descolonizar-a-psicanalise>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- LACAN, Jacques. (1953) O Simbólico, o Imaginário e o Real. In: LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LACAN, Jacques. (1958-1959) *O seminário; livro 6: o desejo e a sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- LACAN, Jacques. (1964) *O seminário, livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. (1968-69) *O seminário: livro 16, de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. (2016) Notas psicanalíticas para outra história recente da infância. In: VOLTOLINI, Rinaldo. *Crianças públicas, Adultos privados*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

- MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. (2011) “Eu quero ser feliz”: o sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.
- MILÁN-RAMOS, Guillermo. (2007) Entre o dizer e o escrito: corpo e linguagem no ensino de Jacques Lacan. *Revista ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 8, n. esp., p. 264-276, jun. 2007.
- MODESTO, Rogério. (2018) “*Você matou meu filho*” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018. Recurso online (244 p.). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/990955>.
- NOBUS, Dany. (2019) O “Escritos” de Lacan revisitado: sobre a escrita como objeto de desejo. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 7, ago. 2019. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2019/08/07/n-7-6/>>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (2001) *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (1999) Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2015, p. 53-62.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (2002) A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 42, p. 21–40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em 28 de maio de 2023.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. (1978) Anexo III. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. (1981) Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 23-29.
- PÊCHEUX, Michel. (1982). Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux: Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 4 edição, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. (1983a) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 5a. edição, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. (1983b) A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. (1984) Metáfora e interdiscurso. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 4 edição, 2014.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. (1975) A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET, Françoise; HAK Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 3a. edição, 1997.
- RAIMBAULT, Ginette. *A criança e a morte: crianças doentes falam da morte: problemas da clínica do luto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- RIBEIRO, Thales de Medeiros. (2020) *Literatura cinza: uma (sub)versão do luto em Inventário de cicatrizes*. 2020. (157 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de

Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640333>.

RIBEIRO, Thales de Medeiros. (2021) O luto e a análise do discurso. IN: FLORES, Giovanna Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; NECKEL, Nádia Régia Maffi; DALTOÉ, Andrea; SILVEIRA, Juliana da; MITTMANN, Solange; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Claudia; ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

ROBIN, Régine. (2003) *A memória saturada*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

ROSA, Miriam Debieux. (2000) *Histórias que não se contam: O não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 2000.

SAFATLE, Vladimir. (2006) *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 27a edição, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (2000) A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. (1990) *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ZOPPI FONTANA, Mónica. (2017) O acontecimento do discurso na contingência da história. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos e BALDINI, Lauro José Siqueira. *Análise de discurso e materialismos: historicidade e conceito*, vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ZYGOURIS, Radmila. (1995) *Ah! As belas lições!* São Paulo: Editora Escuta, 1995.

Recebido em: 06/07/2023; Aceito em: 25/09/2023.